



EDITAL DE CREDENCIAMENTO;

PROCESSO LICITATÓRIO 009 /2024

CREDENCIAMENTO 001/2024

REGIDO PELA LEI 14.133/2021 C/C DECRETO MUNICIPAL DE Nº 0168/2023;

(ART. 74, IV C/C ART, 78, INCISO I TODOS DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C

Objeto:

Credenciamento de pessoa físicas/jurídicas para contratação de Médico Clínico Geral e Plantonista para fins de atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme termo de referência

CREDENCIAMENTO

PRAZO PARA RECEBIMENTO

DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2024;

Data: 13/05/2024 A 31/12/2024

Horário: ENTRE 08:00 E 17:00 HORAS.

Local:

Prefeitura Municipal de SETUBINHA/MG Rua Minervina
Santos Pereira,83– Centro – CEP 39688-000

“Credenciamento de pessoas físicas/jurídicas para contratação de médico clínico geral e plantonista para fins de atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme termo de referência”

O credenciamento (...) é uma espécie de contratação direta, de criação doutrinária, baseada na inexigibilidade de licitação, em que a Administração Pública estabelece o preço do serviço e dispõe-se a contratar todos os interessados que atendam a determinada qualificação, a exemplo da pré-qualificação para a concorrência prevista no art. 114 da Lei de Licitações...” Fonte: Revista do TCE- MG – “A Lei 8666/93 e o TCEMG”, pág. 116 – Cap II – Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

ROGÉRIO DE OLIVEIRA ALECRIM;



EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2024 – CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

I – PREÂMBULO

1.1 **MUNICÍPIO DE SETUBINHA-MG**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ de nº 01.613.375/0001-90, com sede nesta cidade à Rua Minervina Santos Pereira, 83– Centro, por intermédio de sua agente de contratação, e, comissão de contratação nomeada na formada **PORTARIA 63/2023**, torna público que está instaurando processo de **CREDENCIAMENTO**, através do presente instrumento, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações, e Decreto Municipal nº 168/2023, segundo as condições estabelecidas no presente **EDITAL**, nos seus anexos e **MINUTA DE CONTRATO**, cujos termos, igualmente, o integram.

ABERTURA;

O Credenciamento será realizado de 13/05/2024 a 31/12/2024;

HORA: Entre 08:00 e 17:00 horas.

LOCAL: Sala do Departamento de Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal, à Rua Minervina Santos Pereira, 83– Centro, Setubinha – CEP 39688-000.

II – DO OBJETO

2.1 – Credenciamento de pessoas físicas/jurídicas para contratação de médico clínico geral e plantonista para fins de atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme termo de referência.

2.2 – Será o adotado o sistema de **CREDENCIAMENTO PARALELO, E NÃO EXCLUDENTE** na forma do inciso I do art. 79 da lei federal 14.133/2021;

III – CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar do presente credenciamento pessoas físicas que se enquadrem nas condições do presente edital ou empresas especializadas legalmente estabelecidas no país, cujo objeto social seja compatível ao do certame, e que se enquadrem no porte como ME, EPP ou MEI, com tratamento favorecido pela Lei nº. 123/2006 e nº. 147/2014 e profissionais autônomos.

3.1.1 – A participação no credenciamento implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital, seus anexos, regulamentos e instruções;

3.2 – As empresas que desejarem participar deste **CREDENCIAMENTO** deverão no prazo estabelecido neste edital, proceder ao credenciamento, entregar ao agente de contratação e equipe de apoio, o envelope lacrado, contendo a “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA E TÉCNICA**”. Contendo na parte externa o nome do agente de contratação, nome da Empresa, nome e número



da modalidade. Passado o prazo de credenciamento, não mais serão admitidos novos proponentes.

3.3 – Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Setubinha(MG).

IV – ENTREGA DO ENVELOPE

4.1 – DA “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, E TRABALHISTA”.

4.1.1 – O envelope “Documentação de habilitação” deverá ser entregue ao agente de contratação, no endereço especificado neste Edital, das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta feira;

DIA: 13/05/2024 a 31/12/2024;

HORA: Entre 08:00 e 17:00 horas.

LOCAL: Sala do Departamento de Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal, à Rua Minervina Santos pereira, 83, em Setubinha/MG – CEP 39688000;

4.1.2 –O interessado podera apresentar todos os documentos em um unico envelope (documentos de habilitação e proposta)

4.2 – O **MUNICÍPIO DE SETUBINHA-MG**, não se responsabilizará por envelopes de “Documentação de habilitação”que não sejam entregues ao responsavel designado.

V – DA APRESENTAÇÃO

5.1 Os interessados deverão apresentar, nos horários estabelecidos no Capítulo IV, um envelope fechado contendo a documentação exigida, e proposta comercial, de forma a não permitir sua violação, em cuja parte externa deverá constardizeres conforme subitem 4.1.2.1.

5.2 O envelope será recebido no período indicado no item 4.1.1, de tantos quantos interessados aparecerem, sendo a contratação realizada, conforme disposições deste edital.

VI – DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

6.1 No envelope de habilitação deverá conter os dizeres especificados no item 4.1.1

6.1.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou por servidor da Administração Pública, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo agente de contratação (a) ou comissão de contratação.

6.2 O licitante deverá apresentar os seguintes Documentos para habilitar-se no presente **CREDENCIAMENTO:**



- 6.3** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 6.4** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 6.5** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentocomprobatório de seus administradores;
- 6.6** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 6.7** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 6.8** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 6.9** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ), conforme o caso;
- 6.10** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 6.11** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 6.12** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 6.13** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.14** Declaração concordando com os valores estabelecidos nas tabelas de procedimentos, assinada pelo responsável da empresa, (ANEXO II).

VII – DA HABILITAÇÃO SOCIAL;

- 7.1** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, (ANEXO III).

VIII – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA;

- 8.1** Certidão de falência/concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor com validade de 90, (noventa) dias;
- 8.2** **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**



- 8.2.1 Cópia do Comprovante de inscrição/Carteira junto ao Conselho Regional/MG de sua Categoria e/ou em conjunto com a cópia da validação da autenticidade;
- 8.2.2 Cópia do Diploma de Graduação ou Certificado de Conclusão do curso expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC (frente/verso);
- 8.2.3 Cópia da Certidão negativa do Conselho Regional/MG de sua Categoria, exigidas para o exercício da profissão e/ou em conjunto com a cópia da validação da autenticidade;

Em se tratando de **PESSOA FÍSICA**:

- a) Documento de identidade profissional, (CRM) ou CPF;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade relativo à segurança social e ao FGTS demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei;
- d) Prova de regularidade relativa a débitos trabalhistas (CNDT)
- e) Declaração que não emprega menor (anexo II).
- f) Número da conta corrente/Banco/Agência.
- g) Certidão de insolvência civil expedida pela comarca do domicílio da empresa credenciada;
- h) Proposta comercial, (anexo V);
- i) Declaração que concorda com os termos do Edital, (anexo II);
- j) Cópia do Comprovante de inscrição/Carteira junto ao Conselho Regional/MG de sua Categoria e/ou em conjunto com a cópia da validação da autenticidade;
- k) Cópia do Diploma de Graduação ou Certificado de Conclusão do curso expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC (frente/verso);
- l) Cópia da Certidão negativa do Conselho Regional/MG de sua Categoria, exigidas para o exercício da profissão e/ou em conjunto com a cópia da validação da autenticidade;

IX – DA SESSÃO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA;

- 9.1** Diante do julgamento da habilitação e proposta, o resultado do credenciamento dos participantes será feita à medida que os envelopes forem sendo recebidos.
- 9.2** Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas.
- 9.3** Será inabilitado o participante que não atender as exigências deste edital referente a habilitação fiscal, social, trabalhista, qualificação econômico financeira e qualificação técnica.

X – CREDENCIAMENTO

- 10.1.** Serão credenciadas todas as empresas e pessoas físicas, que comprovarem a habilitação exigida neste edital até o período indicado no preâmbulo para a realização dos serviços descritos.



XI – CLASSIFICAÇÃO E FORMALIZAÇÃO

11.1 CLASSIFICAÇÃO

11.1.1 Os credenciados serão convocados no prazo de 05, (cinco) dias, e assinarão o respectivo Contrato administrativo sendo que os serviços serão executados a partir da ordem de serviço/execução, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

11.2 – FORMALIZAÇÃO

11.2.1 O credenciamento será formalizado mediante o sistema de registro de preços, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital na forma aberta com validade de um 01, (um) ano.

XII – PUBLICAÇÃO

12.1. O resultado do credenciamento, bem como extrato contratual serão publicados no site do município, no Quadro de Avisos, e, no Site da AMM, (diário oficial dos municípios mineiros) no prazo contido na **LEI FEDERAL 14.133/2021**.

XIII – DA CONTRATAÇÃO

13.1 Serão colocadas à disposição dos usuários de saúde os serviços contidos neste credenciamento para atendimento às demandas de todas as unidades de saúde.

13.2 O Município convocará os credenciados para assinatura do contrato, através de meio eletrônico (e-mail);

13.3 Para assinatura do contrato será realizada a convocação dos licitantes credenciados no prazo especificado no art. 95 da lei federal 14.133/2021;

13.4 O credenciamento do contratado (a) não obriga o município de Setubinha-mg a realizar todos os serviços contidos no respectivo credenciamento cujo quantitativo foi definido de forma estimativa em atendimento as demandas da Secretaria de Saúde.

13.5 A realização dos serviços se dará dentro dos termos estabelecido neste edital e de acordo com a demanda através de requisição da Secretaria Municipal de Saúde.

13.6 O Contrato firmado deverá ter vigência a partir de sua assinatura possuindo o prazo de 12, (doze) meses, o qual poderá prorrogado em até 05, (cinco) anos mediante Termo aditivo por se tratar de natureza continuada a rigor do que dispõe o art. 105, I da lei federal 14.133/2021.

XIV - PREÇO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 Os serviços contidos no presente credenciamento estão especificadas nos quantitativos, e preços de acordo com a tabela estabelecida no ANEXO I.

14.2 A estimativa total do credenciamento em questão é de R\$ 2.359.996,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e nove mil novecentos e noventa e seis reais).

14.2.1 O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, de acordo com



os valores estipulados no (Anexo I) tendo em conta a prestação de serviços e quantidades efetivamente realizados, e devidamente autorizadas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, mediante apresentação do documento fiscal ou equivalente, emitido pelo credenciado.

14.3 É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO, a utilização de pessoal/profissional para a realização dos atendimentos, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município contratante.

14.4 Não é de responsabilidade do Município os encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do presente credenciamento.

14.5 A dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrentes deste credenciamento estão previstas no presente exercício:

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 Fundo Municipal de Saúde

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 Serviço Atenção Básica

FINALIDADE: 10.301.0014.2070 Manutenção dos Serviços e Unidades de Atenção Básica-SF

PROJETO ATIVIDADE: 33903400 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

FONTE: 1500001002 Recursos Não Vinculados de Impostos

FICHA: 0287

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 Fundo Municipal de Saúde

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 Serviço Atenção Básica

FINALIDADE: 10.301.0014.2070 Manutenção dos Serviços e Unidades de Atenção Básica-SF

PROJETO ATIVIDADE: 33903400 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

FONTE: 1600000000 Transferências Fundo a Fundo de

FICHA: 0288

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 Fundo Municipal de Saúde

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 Serviço Atenção Básica

FINALIDADE: 10.301.0014.2070 Manutenção dos Serviços e Unidades de Atenção Básica-SF

PROJETO ATIVIDADE: 33903400 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

FONTE: 2621000000 Transferências Fundo a Fundo de

FICHA: 0603

XV – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

XVI – DAS SANÇÕES:

16.1 Comete infração administrativa o credenciado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.3 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento



dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.4 Dar causa à inexecução total do contrato;

16.5 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.6 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.8 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.9 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

16.10 Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.11 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.12 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.13 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

16.14 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.15 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.15.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.15.2 A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.15.3 As peculiaridades do caso concreto;

16.15.4 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.15.5 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.15.6 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.16 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento



eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.

16.17 A aplicação das sanções previstas neste credenciamento, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.18 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.19 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.20 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.21 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS;

17.1 A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

17.2 O Município de Setubinha/MG reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a este **CREDENCIAMENTO**.

17.3 Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta ao Setor de Licitações através do e-mail: licitacao@setubinha.mg.gov.br

17.4 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

17.5 A **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO** ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.6 Dos atos deste credenciamento cabem: I – recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento; b) julgamento das propostas)



ato de habilitação ou inabilitação de licitante; d) anulação ou revogação da licitação; e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração; II – pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

Setubinha, 10 de maio de 2024.

VALDETE ALECRIM COELHO

PREFEITO;



ANEXO – I

TABELA DE SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS, E DOS PREÇOS FIXADOS NO CREDENCIAMENTO;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR
1	Médico Clínico Geral para atendimento ao Programa de Saúde da Família – realizado de segunda á sexta feira; 40 (quarenta) horas semanais, conforme escala determinada pela secretária de saúde;		
	UBS Nacip Mahmud Láuar	12 Meses	17.320,00
	UBS Candeias	12 Meses	17.300,00
	UBS Palmeiras/Soturno da Mata	12 Meses	21.544,25
	UBS Adalberto Maria Gomes	12 Meses	25.200,00
	Médico Itinerante;	12 Meses	17.383,33
2	Médico plantonista com carga horaria de 12 horas,para atendimento de emergência no hospital (PSF) conforme determinação baixada pela Secretaria de Saúde;	850	1.012,50
3	Deslocamento para acompanhamento, em transporte, de pacientes graves para local mais próximo, apropriado, para atendimento médico;		
	Deslocamento de 100 a 150 km;	130	945,00
	Deslocamento de 151 a 300 km;	70	1.415,00
	Deslocamento de 301 a 500 km;	50	1.850,00



ANEXO II

**DECLARAÇÃO QUE CONCORDA E CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS SOLICITADOS
NESTE CREDENCIAMENTO;**

(Local e data)

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE SETUBINHA/MG
A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO;**

**Referência: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2024
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024**

Prezado Senhor,

O FORNECEDOR _____ inscrito no CNPJ/CPF _____
com sede à Rua _____, Nº _____, Bairro _____,
CEP.: _____ Cidade: _____, em atendimento ao disposto no **EDITAL DO
CREDENCIAMENTO** xx/2024, que tem como escopo o credenciamento de pessoas físicas/jurídicas para
contratação de médico clínico geral e plantonista para fins de atendimento das demandas da Secretaria
Municipal de Saúde, conforme termo de referência, e anexos, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que
concorda e cumpre plenamente os requisitos solicitados neste edital.

Atenciosamente.

Assinatura do Responsável
carimbo de CNPJ



ANEXO III

<p>DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</p>

(Local e data)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SETUBINHA/MG – MG A/C
AGENTE DE CONTRATAÇÃO;

Referência: Credenciamento de licitação 001/2024

Prezado Senhor,

O **FORNECEDOR** _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o N° _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital da Inexigibilidade de Licitação nº: XX/2024, e no inciso V do art. 62 da Lei 14.133/2021, vem perante Vossa Senhoria **DECLARAR** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.

Atenciosamente,

NOME DA EMPRESA
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
CARIMBO DE CNPJ
ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO;

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE SETUBINHA-MG, E, DE OUTRO, COMO CONTRATADO, A EMPRESA _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ESTABELECIDAS ABAIXO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 - DA CONTRATANTE

1.1.1 O MUNICÍPIO DE SETUBINHA-MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na



cidade de Setubinha/MG, na Rua Minervina Santos Pereira, 83, Centro, inscrito no CNPJ de nº 01.613.375/0001-90, neste ato representado por seu prefeito, VALDETE ALECRIM COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sobo N.ºXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade M-xxxxxxxxx /MG, residente e domiciliado neste município

1.2 – DA CONTRATADA

1.2.1 O **FORNECEDOR** _____, com endereço na Rua _____ no município de _____ – MG, inscrita no CNPJ sob o N. _____, neste ato representada pelo (a) Senhor (a) Nacionalidade _____, profissão: _____, residente e domiciliado em _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG _____ ou o prestador de serviços, portador do CPF de nº _____.

1.3 – DOS FUNDAMENTOS

1.3.1 A presente contratação decorre do Processo Licitatório Nº 009/2024 – Credenciamento Nº 001/2024, regido pela Lei Federais nº14.133/2021, e, decreto municipal de nº 0168/2023, e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Credenciamento de pessoas físicas/jurídicas para contratação de médico clínico geral e plantonista para fins de atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 O Contrato firmado deverá vigência de 12 meses a partir de sua assinatura, o qual poderá prorrogado em até 05(cinco) anos mediante **TERMO ADITIVO** por se tratar de natureza continuada a rigor do que dispõe o art. 105, I da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO –

4.1 A CONTRATANTE pagará ao (a) CONTRATADO (a) o Valor de R\$ _____ (_____), consistente na prestação de serviços no quantitativo, e preço contido no ANEXO I do edital de credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO ATENDIMENTO

5.1 Fica fazendo parte deste contrato, O TERMO DE REFERÊNCIA, (ANEXO VI) DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA SEXTA – O Regime Jurídico deste Contrato confere à CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no Artigo 115, e ss. da Lei 14.133/2021.



CLÁUSULA SÉTIMA – Constitui obrigação da CONTRATANTE além das constantes na lei federal 14.133/2021, todas as obrigações contidas no termo de referência, (ANEXO VI) DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA OITAVA – São conferidos ao CONTRATADO os direitos previstos na Lei n.º 14.133/2021, e alterações, além daquelas previstas no ANEXO VI DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA NONA – Constitui obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1 As alterações, porventura, necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato, serão efetivadas na forma e condições dos arts. 134, e 135 da lei federal 14.133/2021 serão, formalizadas previamente por TERMO ADITIVO, que passará a integrar este contrato quando ocorrer variações nos preços credenciados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES.

11.1 Comete infração administrativa o credenciado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.3 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4 Dar causa à inexecução total do contrato;

11.5 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.6 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.6.1 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.6.2 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.6.3 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

11.6.4 Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.6.5 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.6.5.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento.



11.6.6 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.6.7 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.7 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1 Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;

3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

(1) Na aplicação das sanções serão considerados:

a) Natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(2) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

(3) A aplicação das sanções previstas neste credenciamento, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

(4) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

(5) Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo que sejam necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

(6) A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



(7) O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem participação de agente público.

(8) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO;

12.1 O presente contrato estará de pleno direito rescindido pela inexecução total ou parcial deste contrato e da lei nº 8.666/93, notadamente no art. 155, e ss. da lei federal 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades determinadas em lei e neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

13.1 A dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrentes deste credenciamento estão previstas no presente exercício:

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 Fundo Municipal de Saúde

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 Serviço Atenção Básica

FINALIDADE: 10.301.0014.2070 Manutenção dos Serviços e Unidades de Atenção Básica-SF

PROJETO ATIVIDADE: 33903400 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

FONTE: 1500001002 Recursos Não Vinculados de Impostos

FICHA: 0287

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 Fundo Municipal de Saúde

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 Serviço Atenção Básica

FINALIDADE: 10.301.0014.2070 Manutenção dos Serviços e Unidades de Atenção Básica-SF

PROJETO ATIVIDADE: 33903400 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

FONTE: 1600000000 Transferências Fundo a Fundo de

FICHA: 0288

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 Fundo Municipal de Saúde

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 Serviço Atenção Básica

FINALIDADE: 10.301.0014.2070 Manutenção dos Serviços e Unidades de Atenção Básica-SF

PROJETO ATIVIDADE: 33903400 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

FONTE: 2621000000 Transferências Fundo a Fundo de

FICHA: 0603

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A contratação firmada no presente credenciamento não gera qualquer tipo vínculo empregatício junto à CONTRATANTE.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro – O (a) CONTRATADO (a) deverá executar os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pelos mesmos, bem como assumir inteira responsabilidade civil, administrativa ou penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pelo mesmo, seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros, incluídos aí encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;

Parágrafo Segundo – Os encargos sociais como Imposto de Renda, ISSQN, acaso devidos, serão contados no pagamento e correrão por conta do CONTRATADO; as contribuições ao CRM, INSS e outros encargos sociais acaso devidos serão por conta do (a) CONTRATADO (a), ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer responsabilidade sobre estas contribuições.

Parágrafo Terceiro – As demais obrigações do credenciado estão previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA, (ANEXO VI)** do edital de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Malacacheta/MG, para dirimir quaisquer questões do presente Contrato.

ASSIM, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato, juntamente das Testemunhas abaixo, em duas vias de idêntico teor, para que surta um só efeito legal, rubricando-o em todas as suas páginas.

Setubinha – MG, ____ de _____ de 2024.

Contratante

Contratado



ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA

A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO, E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO;

PROCESSO LICITATÓRIO DE Nº 009/2024;

CREDENCIAMENTO DE Nº 001/2024;

VALIDADE DA PROPOSTA: 60, (SESENTA) DIAS;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR
1	Médico Clínico Geral para atendimento ao Programa de Saúde da Família – realizado de segunda á sexta feira; 40 (quarenta) horas semanais, conforme escala determinada pela secretária de saúde;		
	UBS Nacip Mahmud Láuar	12 Meses	
	UBS Candeias	12 Meses	
	UBS Palmeiras/Soturno da Mata	12 Meses	
	UBS Adalberto Maria Gomes	12 Meses	
	Médico Itinerante;	12 Meses	
2	Médico plantonista para atendimento de emergência no hospital (PSF) conforme determinação baixada pela Secretaria de Saúde;	850	
3	Deslocamento para acompanhamento, em transporte, de pacientes graves para local mais próximo, apropriado, para atendimento médico;		
	Deslocamento de 100 a 150 km;	130	
	Deslocamento de 151 a 300 km;	70	
	Deslocamento de 301 a 500 km;	50	
TOTAL			

Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso):(no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.)

VALIDADE DA PROPOSTA: Não inferior a 60 dias contados da data limite prevista para entrega da proposta.

Obs: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidadeda proposta da LICITANTE com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.



Atenciosamente.

NOME DA EMPRESA
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
CARIMBO DE CNPJ



ANEXO VI TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Credenciamento de pessoas físicas/jurídicas para contratação de Médico Clínico Geral e Plantonista para fins de atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2 Os serviços do objeto desta contratação são caracterizados como especiais, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 É notória a necessidade de contratação de profissionais da área médica para atuarem junto nas UBSs de nosso município. Dentre as muitas especialidades indispensáveis, no presente caso destacamos o MÉDICO CLÍNICO GERAL. Tendo em vista que se trata de um profissional de uma área imprescindível ao andamento das UBSs, pois para realização de qualquer procedimento médico faz-se necessário à sua atuação.
- 2.2 Os serviços de saúde abarcam-se de garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nesta perspectiva, cabe transcrever o que dispõe os Arts. 196 e 197 da Constituição Federal de 1988:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”.

- 2.3 Em razão do dever de garantir os serviços de saúde não pode o Município correr o risco de adiar a contratação em questão, devendo buscar na lei e nos princípios norteadores da Administração Pública uma forma de solução que vá ao encontro do interesse público.
- 2.4 A contratação encontra ainda fundamento nos Arts. 74, inciso IV e Art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 que assim dispõe:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;”



...

*Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.”*

2.5 CONSIDERANDO, que mesmo sendo inviável a competição, o administrador público não está inteiramente livre para a contratação, é preciso a observância de determinados requisitos legais, do qual deverá ser fundamentado e comprovado no processo de credenciamento, assim como o exposto no Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024 que regulamenta o art. 79 da Lei 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A partir da análise e do levantamento das jurisprudências, conclui-se que credenciamento não pode ser reduzido apenas um exemplo de inexigibilidade de licitação, há características próprias, como conceito trazido por Justen Filho (2014) e conforme análise aqui realizada, chega-se à seguinte caracterização do credenciamento:

- a) Exclusivo para prestação de serviços;
- b) O interessado tem direito a se credenciar, uma vez atendidos os requisitos do certame;
- c) Não interferência pela Administração Pública no tocante a demanda pelos serviços
- d) Estabelecimento de preço pré-definido;
- e) Possibilidade de credenciar-se a qualquer tempo;
- f) O valor do contrato deve ser estimado, visto não haver interferência na administração pública quanto a demanda pelos serviços, conforme característica expressa no item e, tendo como limite a capacidade máxima instalada revista no certame;
- g) A incidência de processos licitatórios com subcontratação, sendo procedimento não aceito pelo Tribunal de Contas da União;

Resta evidente que a impossibilidade de competição através do contrato de tantos quanto forem os interessados classificados e habilitados, é o principal ponto do credenciamento. Não se trata de inviabilidade de competição, mas sim da sua desnecessidade. Interessa à Administração Pública contratar tantos quantos forem os que se adequem aos requisitos do certame. Podemos, por fim, afirmar que as demais características pontuadas acima são decorrência da desnecessidade de competição

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação se enquadra como Prestação De Serviços, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado e por prestações de mesmo objeto realizadas este município em outros anos. Vários motivos apontam para a necessidade da prestação de serviços médicos, como:

- a) Cumprir os princípios da Universalidade e da Integralidade do SUS



- b) Dar aos usuários condições diagnósticas para continuidade aos tratamentos;
- c) Dar ao corpo clínico da região, apoio diagnóstico terapêutico das enfermarias na elucidação de diagnósticos para sua conduta profissional, contribuindo para qualificar a assistência em saúde pública;
- d) Dar aos gestores municipais apoio no acesso e encaminhamento aos serviços de saúde de atenção secundária.

4.2 Vale ressaltar, o princípio delineado no Artigo 8º da Lei 8.080, datada de 19 de setembro de 1990, que estipula que as atividades e os serviços de saúde, conduzidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), devem ser organizados regionalmente e hierarquizados em diferentes níveis de complexidade, com a possibilidade de participação complementar da iniciativa privada. Assim, a regionalização surge como uma estratégia crucial para a construção de sistemas de saúde eficazes e para o fomento de relações intergovernamentais mais colaborativas, visando assegurar a integralidade e a equidade na prestação dos cuidados de saúde. Além disso, é uma estratégia significativa para promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, contribuindo para a redução das disparidades sociais.

4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

4.4.1 Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.2 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.4.3 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo para início dos serviços será no máximo de até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato;

5.2 Durante o prazo da contratação o médico clínico geral ficará à disposição deste Município, no período 40 (quarenta) horas semanais, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00;

5.3 Durante o prazo de contratação o médico plantonista ficará a disposição deste Município de acordo com escala a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde, no horário de 19:00 às 7:00;

5.4 O contratado fica à disposição deste Município para representá-lo em cursos, palestras e no que se fizer necessária à presença do mesmo, relativos à área da presente contratação.

5.5 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data do início da sua vigência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até que se completem 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse da Administração, concordância da contratada e comprovada a vantajosidade

6. DA GESTÃO DO CONTRATO



6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



6.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



7.6O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.7Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.7.1.1 o prazo de validade;

7.7.1.2 a data da emissão;

7.7.1.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.7.1.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.7.1.5 o valor a pagar; e

7.7.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

7.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.14 O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, em conta corrente de titularidade da contratada, cujos dados (banco, agência, nº da conta), deverão ser informados pela proponente na Nota Fiscal. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO, sob a forma presencial, sendo inviável a competição.

8.2Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.3Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.4A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação.

8.12 Em se tratando de **PESSOA FÍSICA**:

- a) Documento de identidade profissional, (CRM) ou CPF;



- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade relativa a débitos trabalhistas (CNDT)
- d) Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição
- e) Cópia do Comprovante de inscrição/Carteira junto ao Conselho Regional/MG de sua Categoria e/ou em conjunto com a cópia da validação da autenticidade;
- f) Cópia do Diploma de Graduação ou Certificado de Conclusão do curso expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC (frente/verso);
- g) Cópia da Certidão negativa do Conselho Regional/MG de sua Categoria, exigidas para o exercício da profissão e/ou em conjunto com a cópia da validação da autenticidade;

8.13 Em se tratando de **PESSOA JURÍDICA**

8.14 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.18 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.20 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



- 8.22 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.23 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.24 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.25 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.26 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.27 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.28 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre
- 8.29 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.30 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.31 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;
- 8.32 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.33 Cópia do Comprovante de inscrição/Carteira junto ao Conselho Regional/MG de sua Categoria e/ou em conjunto com a cópia da validação da autenticidade;
- 8.34 Cópia do Diploma de Graduação ou Certificado de Conclusão do curso expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC (frente/verso);
- 8.35 Cópia da Certidão negativa do Conselho Regional/MG de sua Categoria, exigidas para o exercício da profissão e/ou em conjunto com a cópia da validação da autenticidade;
- 8.36 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.37 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor médio estimado para resolução da demanda é de **R\$ 2.359.996,00** (dois milhões trezentos e cinquenta e nove mil novecentos e noventa e seis reais)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	Médico Clínico Geral para atendimento ao Programa de Saúde da Família – realizado de segunda à sexta feira; 40 (quarenta) horas semanais, conforme escala determinada pela secretária de saúde;			
	UBS Nacip Mahmud Láuar	12 meses	R\$17.320,00	R\$207.840,00
	UBS Candeias	12 meses	R\$17.300,00	R\$207.600,00
	UBS Palmeiras/ Soturno da Mata	12 meses	R\$21.544,25	R\$258.531,00
	UBS Adalberto Maria Gomes	12 meses	R\$25.200,00	R\$302.400,00
	Médico Itinerante	12 meses	R\$17.383,33	R\$208.600,00
2	Médico plantonista para atendimento de emergência no hospital (PSF) conforme determinação baixada pela Secretaria de Saúde; Plantões de 12 horas	850	R\$1.012,50	R\$860.625,00
3	Deslocamento para acompanhamento, em transporte, de pacientes graves para local mais próximo, apropriado, para atendimento médico			
	Deslocamento de 100 a 150 KM;	130	R\$945,00	R\$122.850,00
	Deslocamento 151 a 300 KM	70	R\$1.415,00	R\$99.050,00
	Deslocamento de 301 a 500 KM	50	R\$1.850,00	R\$92.500,00
			TOTAL	R\$2.359.996,00

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Prestar os serviços objeto deste Termo de Referência, de acordo com os quantitativos estimados e descritos

10.2 Cumprir os horários e dias determinados para o atendimento.

10.3 Os profissionais deverão estar regulares como o CRM, devendo informar qualquer impedimento dos mesmos.

10.4 Assumir diretamente a obrigação de cumprir o objeto deste instrumento, não realizando a subcontratação da prestação de serviços, bem como não o executar através de terceiros.

10.5 Prestar os serviços observando as melhores práticas e técnicas aplicadas pelo mercado, bem como respeitar e proceder de acordo com os protocolos médico pertinentes.

10.6 Garantir que todo atendimento realizado seja obrigatoriamente registrado em prontuário, carimbado e assinado pelo médico responsável, contendo nome legível, número do conselho de classe e assinatura.

10.7 Manter completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que venham a ser confiados em razão da presente prestação de serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar consentimento a terceiros.



- 10.8 Participar de eventuais mutirões realizados pela unidade, os quais deverão ser planejados previamente entre as partes.
- 10.9 Permitir que a direção da unidade acompanhe os serviços executados.
- 10.10 Atender às normas da RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011, da ANVISA que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.
- 10.11 Cumprir todas as normas, regras e leis aplicáveis à execução dos serviços, sobretudo às determinações e normas dos conselhos de classe das categorias profissionais envolvidas na prestação do serviço e os acordos coletivos firmados com os respectivos sindicatos.
- 10.12 Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual corrigido.
- 10.13 Indicar, a pedido do CONTRANTE, telefones normais e para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer.
- 10.14 Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões sua ou de seus agentes, que causem dano ao CONTRATANTE ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, na proporção do dano causado e comprovado.
- 10.15 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 Emitir requisições contendo as especificidades dos serviços solicitados e o local para execução.
- 11.2 Notificar por escrito a CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas, solicitando providência para a sua regularização;
- 11.3 Prover a unidade com os recursos humanos técnicos e de apoio para a perfeita execução do objeto da contratação, na quantidade preconizada para a segurança e qualidade do serviço.
- 11.4 Disponibilizar a estrutura física das unidades hospitalares para a prestação dos serviços contratados, com a oferta de consultórios, salas de atendimento equipadas com mobiliário e equipamentos médico-hospitalares em condições de uso.
- 11.5 Transmitir as normas internas a fim de que sejam cumpridas, com objetivo de alcançar melhores resultados na prestação dos serviços.
- 11.6 Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à fiel execução do presente contrato;
- 11.7 Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.
- 11.8 Receber os relatórios de produção e as notas fiscais com especificações dos atendimentos realizados.
- 11.9 Efetuar os pagamentos devidos, nas condições e prazos especificados e ora acordados, considerando a quantidade de horas médicas efetivamente prestadas nas Unidades da CONTRATANTE. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação.



11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA / VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO.

11.1 Despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 Fundo Municipal de Saúde

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 Serviço Atenção Básica

FINALIDADE: 10.301.0014.2070 Manutenção dos Serviços e Unidades de Atenção Básica-SF

PROJETO ATIVIDADE: 33903400 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

FONTE: 1500001002 Recursos Não Vinculados de Impostos

FICHA: 0287

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 Fundo Municipal de Saúde

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 Serviço Atenção Básica

FINALIDADE: 10.301.0014.2070 Manutenção dos Serviços e Unidades de Atenção Básica-SF

PROJETO ATIVIDADE: 33903400 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

FONTE: 1600000000 Transferências Fundo a Fundo de

FICHA: 0288

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 Fundo Municipal de Saúde

SUBUNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 Serviço Atenção Básica

FINALIDADE: 10.301.0014.2070 Manutenção dos Serviços e Unidades de Atenção Básica-SF

PROJETO ATIVIDADE: 33903400 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

FONTE: 2621000000 Transferências Fundo a Fundo de

FICHA: 0603